

Um olhar sobre as conexões entre agroecologia e saúde a partir da construção de uma exposição fotográfica em territórios fluminenses

A look at the connections between agroecology and health from the construction of a photographic exhibition in Rio de Janeiro.

Fernanda de Albuquerque Melo Nogueira¹, Claudemar Mattos², Nivia Regina da Silva³, Valeria dos Santos Pinto da Silva⁴, Ubirani Barros Otero⁵

¹ Pesquisadora da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. Doutora em Informação e Comunicação em Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Orcid <https://orcid.org/0000-0003-0331-3873> e-mail: nanuskanog@gmail.com

² Engenheiro Agrônomo. Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal Fluminense, Membro da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Assessor da Agenda de Saúde e Agroecologia da VPAAPS da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil, Orcid 0009-0008-2505-4909. email: claudemar.mattos@fiocruz.br

³ Engenheira Agrônoma, Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Rio de Janeiro, Brasil. Orcid 0000-0002-9546-5171 e-mail: nivia1917@gmail.com

⁴ Pesquisadora Bolsista do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. Mestre em Saúde Coletiva pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, Brasil. e-mail: valeriaspsilva2021@gmail.com

⁵ Gerente da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer da Coordenação de Prevenção e Vigilância do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. Doutora em Epidemiologia pelo programa de Epidemiologia e Meio Ambiente da Escola Nacional de Saúde Pública- ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, Brasil. Orcid 0000-0003-1464-2410 Email: uotero@inca.gov.br

Submetido em: 27 fev 2023. Aceito em: 13 set 2023

Resumo

O presente relato apresenta a experiência da montagem de uma exposição fotográfica coordenada pelo Instituto Nacional do Câncer, em parceria com a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, e outras representações de movimentos sociais, associações e organizações não governamentais em seis territórios no estado do Rio de Janeiro. As imagens revelaram que nesses municípios há variadas expressões de agroecologia, que potencializam mudanças nas formas de viver e conviver, com a finalidade de se alcançar uma sociedade mais saudável, sustentável e justa.

Palavras-chave: Agroecologia, Saúde, Território, Comunicação

Abstract

This report presents the experience of creating a photographic exhibition coordinated by the National Cancer Institute, in partnership with the Permanent Campaign Against Pesticides and For Life, and other representations of social movements, associations and non-governmental organizations in six territories in the state of Rio de Janeiro. The images revealed that in these municipalities there are various expressions of agroecology, which enhance changes in the ways of living and coexisting with the aim of achieving a healthier, more sustainable and just society.

Keywords: Agroecology, Health, Territory, Communication

INTRODUÇÃO

As práticas agroecológicas no Brasil são parte do processo histórico do desenvolvimento da agricultura camponesa e dos povos originários, constituindo-se como corpo de conhecimento científico com bases epistemológicas próprias há pelo menos mais de 30 anos. Ocorrem em vários territórios brasileiros, porém, ainda são invisibilizadas para grande parte da sociedade. Muito embora, haja uma crescente

valorização no meio acadêmico, entre agricultores camponeses, e uma constante preocupação em setores da sociedade com a questão ambiental, da alimentação e saúde.

Dentre algumas hipóteses, podem-se elencar os baixos incentivos governamentais à agricultura familiar de base ecológica ao longo dos anos, em prol de uma agricultura industrial voltada para a exportação de monocultivos e *commodities* agrícolas, especialmente a partir dos anos 1960-70, momento em que a Revolução Verde ganhou força no Brasil (Carneiro *et al.*, 2015). Nesse contexto, a política agrária adotada tem sido caracterizada pelo fornecimento de subsídio de créditos agrícolas às famílias de agricultores e produtores rurais, atrelados à aquisição de insumos que se constituem como verdadeiros pacotes tecnológicos (uso de maquinário de grande porte, agrotóxicos, fertilizantes, sementes transgênicas, entre outros) resultando na hegemonia de uma agricultura industrial exportadora química-dependente. Esse é o sócio metabolismo da cadeia agroindustrial alimentar, composto pela oligopolização /transnacionalização da produção de alimento como mercadoria, a base de (novas) biotecnologias, nanotecnologias, biologia sintética para produção de *commodities* agrícolas.

Tal política encontrou apoio na atuação da grande mídia brasileira financiada por grupos políticos e econômicos ligados ao agronegócio (ANA, 2021). Portanto, o discurso dominante versa em favor dessas cadeias agroindustriais e dos grandes empreendimentos rurais, como componentes essenciais para o desenvolvimento do país pois contribuem com cerca de 26% do Produto Interno Bruto (PIB) e promovem uma balança comercial favorável com impactos positivos no crescimento econômico (CNA, CEPEA, 2020). A combinação de interesses do agronegócio, grandes corporações, principais meios de comunicação, representantes do executivo e legislativo, e um setor de pesquisadores e especialistas, são a base da formação da “opinião pública” na crença de uma agricultura “moderna” para a erradicação da fome e o desenvolvimento do país.

Segundo Lopes e Almeida-Júnior (2008), o discurso hegemônico dos meios de comunicação brasileiros é exageradamente otimista em relação à importância do setor agro para a sociedade. As estratégias de marketing minimizam os danos reais do uso de agrotóxicos para o meio ambiente (poluição das águas, do solo e dos alimentos, com

redução do seu valor nutricional e perda da biodiversidade) e desconsideram as evidências científicas sobre as consequências negativas para a saúde humana das presentes e futuras gerações. Casos de intoxicações agudas em populações agrícolas, câncer, desregulação hormonal, infertilidade e esterilidade, puberdade precoce, depressão e tentativas de suicídios, alterações neurológicas, endócrinas e doenças autoimunes são alguns exemplos de danos à saúde em populações que são expostas cronicamente aos agrotóxicos (Búrigo *et al.*, 2019; Nogueira *et al.*, 2020) e que são omitidas nas peças de publicidade do agro. Não raro, os meios de comunicação também ocultam em seus discursos os efeitos sociais negativos gerados por esse modelo agroexportador, como: a concentração de renda, o desemprego e o empobrecimento rural, a violência no campo, a acentuação das desigualdades sociais e a insegurança alimentar e nutricional (Porto e Soares, 2012).

A linguagem utilizada pelo setor agropecuário também promove distorções quanto ao abastecimento de alimentos em quantidade e qualidade suficientes para a população brasileira e a eliminação da fome na nação (Pompeia, 2020). Atualmente, o sistema agrícola industrial brasileiro oferece alimentos ultraprocessados, ricos em calorias vazias e pouco nutritivos, resultando em um paradoxo nutricional que inclui a persistência da fome e da deficiência de micronutrientes em 19,1 milhões de indivíduos (Rede PENSAN, 2021) até o aumento progressivo do excesso de peso e obesidade, atingindo 60,3% e 25,9%, respectivamente da população adulta em 2019 (Ferreira *et al.*, 2021). Somam-se a isso as altas prevalências de doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à má alimentação, que ocupam o primeiro lugar na mortalidade nacional (Malta *et al.*, 2020).

Para Araújo *et al.* (2013), a ausência de comunicação sobre uma dada realidade deveria ser considerada um indicador de negligenciamento e um fator condicionante da invisibilidade. Trata-se, portanto, de um processo de invisibilização social e politicamente construído, criado para produzir uma alienação na sociedade sobre as graves consequências da modernização agrícola conservadora, de maneira a sustentar o atual modelo de desenvolvimento no país, e assim proteger os grandes interesses econômicos nele implicados.

Segundo Rigotto e Aguiar (2015), as perspectivas de enfrentamento a esse sistema certamente estão medidas pela política e profundamente relacionadas à ampliação de diálogos com a sociedade, à produção e difusão de informações críticas e contextualizadas – o que envolve também a questão da democratização dos meios de comunicação, no sentido de construir força política capaz de redirecionar a atuação do Estado em prol de ações de fomento, apoio e incentivo à agroecologia e suas implicações para a saúde da sociedade.

Nesse modelo comunicacional a importância da agroecologia para a sociedade ainda ocupa pouco espaço nas narrativas, mesmo diante do avanço das pesquisas científicas sobre as conexões entre saúde e agroecologia. Tal avanço tem sido evidenciado pelo conhecimento acumulado de agricultoras e agricultores, povos tradicionais e originários em suas práticas agroecológicas (Soares *et al.*, 2022).

Pesquisadores e movimentos sociais reconhecem a Agroecologia como ciência, prática e movimento que promovem sistemas agrícolas e alimentares sustentáveis e saudáveis (Búrigo e Porto, 2021; Azevedo e Pelicioni, 2012). Tais sistemas, além de prestarem serviços ecossistêmicos, recuperarem a biodiversidade e diminuir os efeitos climáticos da agricultura, reduzem as emissões de gases do efeito estufa, proporcionando sumidouros de carbono. Também são capazes de promover a integração/participação social, a autonomia, o protagonismo das mulheres e da juventude. Possibilitam a garantia da soberania e segurança alimentar em diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional), oferecendo alimentos diversificados, seguros, com qualidade nutricional, capazes de reduzir a fome e prevenir doenças e agravos associados ao uso de agrotóxicos e má alimentação. Assim, a Agroecologia gera saúde, qualidade de vida e desenvolvimento local (O'Rourke *et al.*, 2017).

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e diferentes Movimentos Sociais têm experimentado formas inovadoras de diálogo e interação com a sociedade por meio das redes sociais, produções audiovisuais e diferentes linguagens populares como as ferramentas da agitação e propaganda. Nesse sentido, as estratégias de comunicação também são igualmente importantes para pautar no conjunto da sociedade e no poder

público, quais as demandas necessárias para a ampliação da Agroecologia nos territórios (Guhur e Da Silva, 2022).

Nesse contexto, torna-se relevante o desenvolvimento de estratégias que ampliem o diálogo com a sociedade, a fim de potencializar a comunicação e promover a visibilidade das práticas agroecológicas e suas relações com a saúde nos territórios.

Para Guran (2012), os registros fotográficos são reconhecidos como uma estratégia de inclusão, pois revelam uma dimensão invisível da informação sobre uma dada realidade, conferindo a esta sentido. Daí a relevância da imagem como testemunho, de representar tudo o que se vê ao mesmo tempo e o que de fato subsiste. Sob esse aspecto, a fotografia pode ser considerada como uma ferramenta importante de enfrentamento às culturas hegemônicas, as quais têm provocado a extinção de culturas demográfica e economicamente mais vulneráveis, como é o caso das comunidades tradicionais no estado do Rio de Janeiro.

A composição de uma exposição fotográfica poderia conferir visibilidade às práticas agroecológicas nos territórios destacando-se as suas relações com a promoção da saúde. O presente relato apresenta o processo de construção de uma exposição fotográfica sobre agroecologia e saúde no estado do Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

No período de março a maio de 2016, a equipe da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer/INCA, em conjunto com a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, identificaram seis territórios no estado do Rio de Janeiro onde práticas agroecológicas ocorriam em um cenário político contraditório e muitas vezes desfavorável a sua existência. Durante a seleção dos territórios, considerou-se a divisão territorial preconizada pelo GT - Construção do Conhecimento Agroecológico da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). Para o GT o estado do Rio de Janeiro, dividido em seis regiões agroecológicas: Serramar, Costa Verde, Metropolitana, Serrana, Norte Fluminense e Médio Paraíba, conforme apresentado na figura 1. Os

critérios para essa divisão territorial são o dinamismo na constituição e efetivação das práticas agroecológicas nos territórios e a identidade sociocultural dos povos (Gollo *et al.*, 2014). Durante a identificação das práticas agroecológicas, é frequente ultrapassar os limites geográficos entre os estados, como é o caso da Rede Juçarara, que consiste na incorporação de experiências agroecológicas realizadas em Ubatuba-SP, e em Paraty e Angra dos Reis – RJ, numa mesma dinâmica de territorialidade. Buscou-se selecionar um território de cada região, com a finalidade de obter uma representação espacial das experiências agroecológicas existentes no estado (figura 1).

Participaram desse projeto os territórios de Casimiro de Abreu (Articulação de Agroecologia Serramar - AASM), Paraty-Ubatuba (Articulação de Agroecologia da Costa Verde - AACV), Campos dos Goytacazes e, São João da Barra (Articulação de Agroecologia do Norte Fluminense - AANF), Teresópolis (Articulação de Agroecologia da região Serrana - AARS) e Guapiaçu (Articulação de Agroecologia da região Metropolitana - AARM). Não foi possível a participação de territórios da região Médio Paraíba em função da dificuldade de se realizar contato com as representações locais que praticam agroecologia na região, em tempo hábil para a execução do projeto fotográfico.

A equipe do trabalho de campo foi composta por dois fotógrafos, uma publicitária, uma jornalista, uma psicóloga, uma socióloga e uma sanitarista. O trabalho de campo durou cerca de 2 meses (junho a julho de 2016). Todos os registros fotográficos foram acompanhados das autorizações prévias de uso de imagem. Em cada território visitado havia uma representação local (associação, ONGs, movimentos sociais, entre outros) que acolhia a equipe, e contava brevemente sobre a história da agroecologia na região, o apoio dos movimentos sociais na sua concretização, a coexistência das práticas agroecológicas com conflitos agrários e socioambientais, a limitação de fomento governamental às práticas agroecológicas e as possibilidades de convergências entre a saúde e agroecologia. Após a escuta do relato, dava-se sequência aos registros fotográficos.

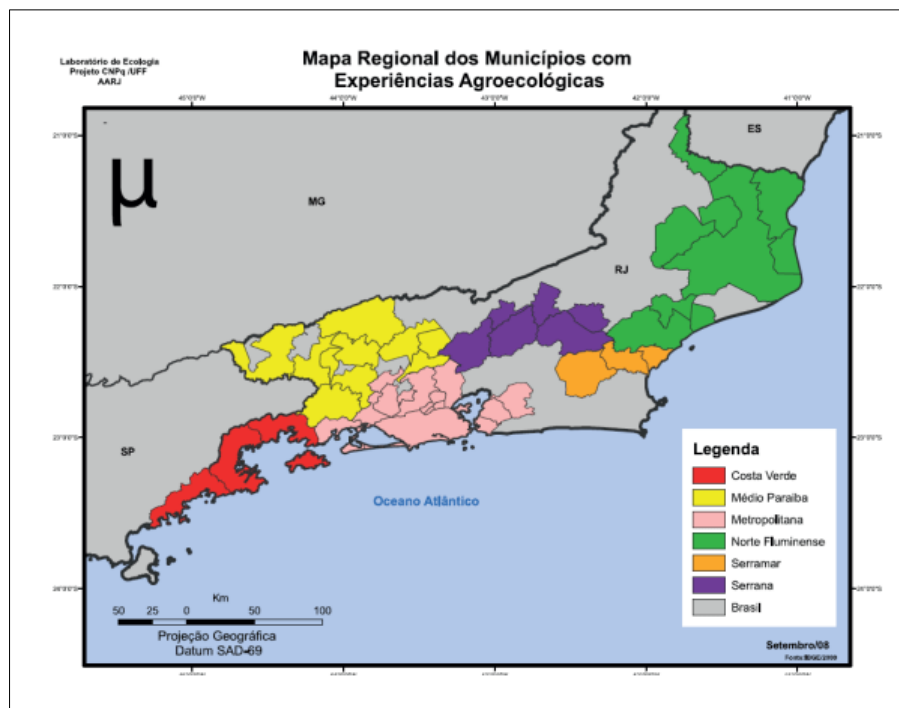


Figura 1. Divisão territorial do município em áreas agroecológicas.

Fonte: Grupo de Trabalho de Construção do Conhecimento Agroecológico da Articulação de Agroecologia do RJ, 2014.

A seleção das imagens que compuseram a exposição fotográfica ocorreu após a conclusão das visitas territoriais. Foram realizadas duas reuniões para esta etapa. Todos os territórios visitados foram convidados para a curadoria da exposição, por meio de suas representações. Porém, em virtude da dificuldade de deslocamentos visto que todos os territórios se localizavam em outros municípios, a mais de 160 km de distância da cidade do Rio de Janeiro, não foi possível alcançar essa representatividade. Portanto, a curadoria foi composta por representantes do Inca, da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida e da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB-RIO). Obtiveram-se mais de 1000 registros fotográficos. Foram selecionadas 40 imagens para compor os painéis da exposição fotográfica.

Estabeleceram-se como critérios de seleção das imagens as convergências entre Saúde e Agroecologia, considerando os seguintes aspectos: a) os conflitos agrários e socioambientais presentes; b) o protagonismo de grupos tradicionais no desenvolvimento das práticas agroecológicas (comunidades quilombolas, caiçaras,

agricultores familiares, pescadores artesanais, entre outros); c) a produção e comercialização de alimentos saudáveis, seguros, e livres de agrotóxicos; d) a preservação da biodiversidade e proteção do meio ambiente; e) a produção de plantas medicinais; f) promoção da saúde e qualidade de vida. Além de critérios técnicos, como: qualidade da imagem, linguagem visual atraente e impactante e criatividade.

Na montagem da exposição fotográfica buscou-se contar uma narrativa de como as práticas agroecológicas manifestavam-se em cada território, quem as praticava, quais eram seus principais desafios, potencialidades e suas relações com a saúde.

A exposição fotográfica intitulada “Caminhos da Agroecologia: cultivando a vida” foi lançada no Instituto Nacional do Câncer (INCA), localizado na cidade do Rio de Janeiro, em 06 de junho de 2017, em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente . Na ocasião, foi realizado um debate sobre “Saúde, sustentabilidade e agroecologia: interfaces e desafios”. O objetivo do debate foi promover uma reflexão crítica sobre as potencialidades da agroecologia em promover a saúde e o desenvolvimento sustentável.

A exposição permaneceu na cidade do Rio de Janeiro, no Museu da República, entre agosto e setembro de 2017. Em seguida, foi montada no formato de banners, em outras localidades (figura 2):

- a) Brasília/DF, no Túnel do Tempo do Ministério da Saúde (2017);
- b) Rio das Ostras/RJ, na Universidade Federal Fluminense (UFF) (2017), durante o evento Diálogos extensionistas transdisciplinares e a intersecção entre o ensino e a pesquisa – o papel da UFF na região da Baixada Fluminense Litorânea;
- c) Casimiro de Abreu/RJ, na II Conferência Regional sobre Agrotóxicos, Ambiente e Saúde (2018);
- d) Belo Horizonte/MG, durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (2018);
- f) e novamente em Casimiro de Abreu, no I Encontro de Agroecologia da Serramar (2019) – Tem veneno na sua mesa?

Todos os territórios receberam a exposição fotográfica, no formato de banner, para que pudessem montá-la de acordo com o seu desejo e demanda, em diferentes espaços de discussão.

Disponibilizou-se a exposição em formato digital, para ampliar o acesso a população, por meio do link: <https://www.gov.br/inca/pt-br/centrais-de-conteudo/exposicoes/caminhos-da-agroecologia-cultivando-a-vida>.

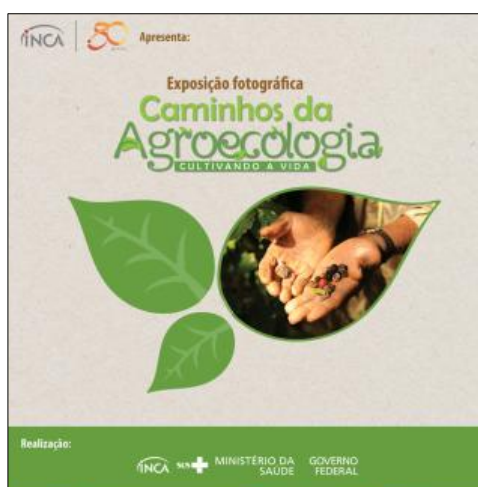


Figura 2: Exposição fotográfica “Caminhos da Agroecologia: cultivando a vida”.

Fonte: INCA, 2017.

A exposição também foi divulgada no livro “Saúde com Arte” no ano de 2022 organizado pelo Centro Cultural do Ministério da Saúde, no link: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_com_arte.pdf

Posteriormente, foi publicado o livro “Caminhos da Agroecologia: cultivando a vida nos territórios fluminenses”, organizado pela equipe do INCA e construído coletivamente com as lideranças de cada território. O livro se propôs a aprofundar a história de cada experiência agroecológica registrada e inspirar todos e todas a desenvolver ações de apoio e fortalecimento da agroecologia. O livro está disponível no link: <http://sr-vmlxaph03:8080/jspui/handle/123456789/4428>

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em todos os territórios foi observado que as práticas agroecológicas se concretizaram através da organização dos indivíduos em sujeitos coletivos, sejam movimentos sociais, associações, articulações ou organizações não governamentais. Tais sujeitos eram responsáveis em mobilizar diferentes atores sociais (agricultores familiares, caiçaras, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros) para discutir a agroecologia como um caminho possível para um novo modelo de desenvolvimento, pautado na defesa da vida, na promoção da saúde, na proteção do meio ambiente, na preservação da biodiversidade, na sustentabilidade, na soberania alimentar e nutricional e na justiça social.

No território de Teresópolis, situado na região Serrana do estado, verificou-se que grande parcela da produção agrícola existente apresentou uso elevado de agrotóxicos, com inúmeros casos de intoxicações agudas e crônicas na população. Entretanto, desde 2002, a Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT), é uma grande apoiadora e fomentadora da agricultura agroecológica, protagonizando uma das experiências mais relevantes de comercialização agroecológica do Estado – a Feira Agroecológica de Teresópolis. A feira ocorre toda semana e apresenta a diversidade de alimentos seguros e livres de agrotóxicos, provenientes da agricultura familiar. Também se constitui como um espaço político, social, cultural e pedagógico para promover o debate sobre os desafios da agroecologia no território. A AAT é responsável por incentivar os agricultores da região a produzirem sem agrotóxicos, e a certificarem a sua produção orgânica por meio do Sistema Participativo de Garantia (SPG), implantado a partir de 2010.

Assim, a realização da feira agroecológica deve ser reconhecida como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar que disponibiliza à comunidade local alimentos variados, seguros e saudáveis, de acordo com as estações do ano, respeitando os ciclos naturais, promovendo saúde e prevenindo o adoecimento decorrente do uso de agrotóxicos e da alimentação inadequada. Nesse sentido, a feira agroecológica de Teresópolis, possui papel central para o alcance da soberania alimentar e segurança nutricional local, promovendo o exercício do direito humano à alimentação adequada.

Dada sua relevância na promoção da saúde nesse território, essa experiência foi selecionada para compor a mostra fotográfica.



Figura 3: Feira Agroecológica de Teresópolis (Teresópolis – RJ).
Fonte: INCA, 2017.

A realização da feira agroecológica deve ser reconhecida como uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar que disponibiliza à comunidade local alimentos variados, seguros e saudáveis, de acordo com as estações do ano, respeitando os ciclos naturais, promovendo saúde e prevenindo o adoecimento decorrente do uso de agrotóxicos e da alimentação inadequada. Nesse sentido, a feira agroecológica de Teresópolis, possui papel central para o alcance da soberania alimentar e segurança nutricional local, promovendo o exercício do direito humano à alimentação adequada.

Segundo Marques *et al.* (2022), a garantia da soberania alimentar e nutricional de povos e populações passa essencialmente pelo desenvolvimento de um sistema justo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos saudáveis, sustentáveis e seguros. Portanto, a permanência e a expansão da agricultura familiar, impulsionadas pela feira agroecológica de Teresópolis, é crucial para garantir o direito da população local de determinar o que produzir e consumir, valorizando as experiências locais de produção, os circuitos curtos de comercialização e, manifestando-se como um espaço de resistência às grandes redes varejistas fundamentas nos princípios do agronegócio.

Nóbrega e Ferreira (2021) acrescentam que as feiras agroecológicas não devem ser limitadas apenas a espaços isolados de comercialização de alimentos saudáveis. Devem ser reconhecidas como: “espaço público democrático, que se apresenta enquanto processo para a educação e formação de tecnologias sociais voltadas ao desenvolvimento territorial, pautado por um contexto político e sociocultural contra hegemônico” (Nóbrega e Ferreira, 2021.p.148).

Estes mesmo autores, ao desenvolverem um projeto de extensão rural intitulado “Feira Interinstitucional Agroecológica” no município de Goiás, em 2019, observaram que na Feira os agricultores trocavam experiências e refletiam sobre o emprego de técnicas agrícolas para transição agroecológica, a qualidade da produção, os custos e a precificação, as estratégias de divulgação dos alimentos, o acesso a mercados e relações de consumo.

Experiência semelhante, foi registrada na exposição fotográfica, no município de Casimiro de Abreu. Localizado na região das Baixadas Litorâneas, observou-se a forte atuação da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM), originada em 2004, que também abrange experiências agroecológicas existentes nos municípios vizinhos, como Rio das Ostras, Macaé, Silva Jardim e Araruama. AASM visa fortalecer a agricultura familiar e camponesa, por meio do fomento às práticas agroecológicas que incorporam princípios de soberania e segurança alimentar, sustentabilidade e preservação do meio ambiente (mutirões florestais) e economia solidária (promoção de almoços agroecológicos nos eventos culturais, como o Festival do Aipim e nas feiras de agricultura familiar e orgânica).

A mobilização organizada pela AASM impulsiona os canais curtos de comercialização, garantindo a disponibilidade e a acessibilidade de alimentos locais e de qualidade e em quantidade suficiente para toda a comunidade rural-urbana. Além de promover a geração de renda para as famílias de agricultores, ao propiciar a sua inclusão e participação nos processos de comercialização. Segundo Verano *et al.* (2019) as feiras e outros eventos que fomentam a agricultura familiar, deveriam ser reconhecidos como espaços de diálogo e interação entre o campo e a cidade, possibilitando a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural, baseado nos princípios da economia

solidária popular. Esses princípios reorientam as formas de organização da produção e do consumo, pautados no uso racional dos recursos, na eliminação de intermediários e no estabelecimento de redes de cooperação.



Figura 4: Feira da Agricultura Familiar de Casimiro de Abreu (Casimiro de Abreu – RJ).

Fonte: INCA, 2017.

Em Guapiaçu, distrito de Guapimirim, região metropolitana do Rio de Janeiro, identificaram-se mais de 1000 famílias agricultoras ameaçadas pelo projeto de construção de uma barragem no Rio Guapiaçu - que desviaria o percurso da água - impossibilitando o fornecimento de águas às pequenas propriedades. Tal condição inviabilizaria a continuidade da produção familiar e a distribuição de alimentos que abastece aproximadamente 40% da região metropolitana do estado. Nesse processo de luta pela terra e pela água, essas famílias têm se organizado em coletivos, como o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e têm sido apoiadas pela Associação dos Geógrafos do Brasil do Rio de Janeiro (AGB- RIO). Esses coletivos visam resistir a esse projeto, propondo ações para garantir o direito à terra, à moradia, à água, ao alimento, ao trabalho, às práticas e aos modos de vida tradicionais e a um padrão de vida digno.

A construção de barragens em um dado território é capaz de modificar de forma abrupta os modos de viver de sua população, destituindo esses grupos de suas origens, extinguindo sua cultura, seus costumes e tradições, impondo novas formas de trabalho,

geração de renda, organização da produção, assim como estabelecendo outros ambientes de convivência, e formas de cuidado. Tais mudanças podem interferir negativamente na saúde coletiva de um território (Breilh, 2022).

Netto (2023), ao coordenar um estudo que avaliou o impacto da construção de barragens em territórios brasileiros, evidenciou que os efeitos negativos sobre a saúde das populações que habitam no entorno desse projetos iniciam-se muito antes da sua construção. Além disso, constatata que mesmo o anúncio já gera adoecimento, transtorno e sofrimento mental. A contaminação decorrente das águas das barragens causa doenças infectocontagiosas, que podem ser potencializadas pelas migrações dos trabalhadores. As drásticas mudanças de vida podem gerar outros agravos crônicos tais como, diabetes, hipertensão, obesidade, cardiopatias, doenças respiratórias, digestivas e de pele. O estudo ressalta que os grupos mais atingidos são: pequenos agricultores, camponeses, indígenas, ribeirinhos, pescadores, mulheres e crianças.



Figura 5: Rio Guapiaçu ameaçado pela construção da Barragem – (Guapimirim- RJ).

Fonte: INCA, 2017.

Percebe-se que esses grandes empreendimentos são fortemente marcados pelo deslocamento compulsório e o reassentamento das famílias, caracterizando processos geradores de violências e descumprimento de direitos humanos fundamentais. Silva e Silva (2020) verificaram que a insegurança alimentar é agravada nos casos de reassentamento, pois são locais de terras inférteis, sem disponibilidade de água e sem

acesso às estradas. Soma-se a isso a diminuição da biodiversidade e os impactos ambientais associados.

Nesse contexto, o direito à saúde é fortemente desrespeitado. Instituída pela Lei 8080/1990 (Brasil, 1990), a saúde é definida como um direito de todos e um dever do Estado, garantido por meio de políticas sociais e econômicas que atuem sobre os modos de vida das populações. Os quais, são historicamente determinados pelas condições de alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, transporte, lazer, a posse da terra e ao acesso aos bens e serviços de saúde essenciais (Conferência Nacional de Saúde, 1986).

Observa-se que “os impactos da construção das barragens na saúde dos atingidos e atingidas perpassa questões relacionadas a todos esses aspectos da vida e que são decorrentes de um modelo de desenvolvimento que desvaloriza os modos de vida de grupos específicos” (Netto, 2023. p.23). Faz-se necessário a aprovação do Projeto de Lei n.º 2788/2109 que institui a Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), em análise na Comissão de Infraestrutura no Senado, visando reparar os danos históricos causados pelos empreendimentos e evitar que novas violações do direito à saúde dessas populações ocorram (Brasil, 2023).

No município de Campos dos Goytacazes, localizado na região Norte Fluminense, foram registradas as experiências agroecológicas presentes nos Assentamentos Rurais, fruto da Reforma Agrária realizada nas terras improdutivas de grandes fazendas canavieiras da região. Esses assentamentos - Zumbi dos Palmares (1997) e Che Guevara (2000) - são marcados pela intensa atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, composto por camponeses, trabalhadores rurais, pesquisadores, profissionais de saúde, educadores, entre outros - que discutem a importância da reforma agrária para o acesso à terra, ao território, e bens comuns como a água, a biodiversidade, e demais meios de trabalho. A reforma agrária instituída garantiu o desenvolvimento local por meio do estabelecimento de práticas agroecológicas sustentáveis e geradoras de saúde, mesmo diante de um cenário político e econômico desfavorável, que impulsiona os monocultivos da cana-de-açúcar para a produção de agro biocombustíveis (álcool).

Para Búrigo e Porto (2020) a necessidade de reforma agrária e a defesa dos territórios de populações tradicionais são elementos essenciais para o avanço das práticas agroecológicas e a promoção da saúde. As iniciativas agroecológicas fotografadas nessa localidade expressaram o resgate a sua cultura alimentar, as relações de solidariedade, o afeto e cuidado com a natureza, recuperando solos, protegendo a biodiversidade, produzindo plantas medicinais que favorecem o autocuidado e cultivando alimentos sem agrotóxicos.



Figura 6 : Propriedade da Dona Catarina –
Assentamento Zumbi dos Palmares - Campos dos
Goytacazes – RJ.

Fonte: INCA, 2017

Em Paraty-Ubatuba, municípios que tem suas dinâmicas, as práticas agroecológicas observadas no Quilombo do Campinho e no Sertão de Ubatumirim, foi registrado as formas como elas expressam a defesa de seus territórios, diante dos avanços do turismo predatório e da especulação imobiliária, que impedem a preservação dos modos tradicionais de viver das comunidades quilombolas, ribeirinhas, caiçaras e indígenas.

Tais comunidades são mantidas pelo extrativismo, agricultura, artesanato e expressões culturais.

O Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, criado em 2007, exerce papel chave na mobilização e organização das comunidades tradicionais, em defesa de sua ancestralidade, da cultura, do saber tradicional e do cultivo para o autoconsumo, com comercialização dos excedentes. O conhecimento agroecológico do território é passado de geração a geração e promove produção diversificada de alimentos integrada às espécies nativas das florestas, por meio do desenvolvimento de sistemas agroflorestais, o manejo ecológico da palmeira-juçara, o manejo sustentável dos recursos florestais para a produção de artesanato, a produção de plantas medicinais e o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Segundo Mattos (2012), as práticas agroecológicas nessas comunidades baseiam-se nos princípios de solidariedade, sustentabilidade, educação diferenciada e promoção da saúde.



Figura 7: Propriedade do Domingos (*in memoriam*) – Quilombo do Campinho – Paraty - RJ.

Fonte: INCA, 2017.

Na localidade de São João da Barra, município do Norte Fluminense do estado, as imagens revelaram os conflitos existentes entre a agricultura agroecológica camponesa praticada nas restingas litorâneas e a construção do Complexo Industrial do Porto do Açu (CIPA). Esse megaempreendimento objetivou a exportação de commodities (minério e cargas sólidas), para o setor industrial de óleo e gás. No entanto, a instalação do CIPA, resultou na salinização do solo, contaminação da água doce, que servia para irrigação da agricultura e consumo, além de provocar a desapropriação de uma área de 7.036 ha para a criação de um pólo industrial.

Constatou-se um cenário grave de violações de direitos humanos, que implicam o direito à moradia, ao ambiente, à saúde, à alimentação adequada, ao modo de vida camponês e à terra.



Figura 8: Propriedade da Dona Noêmia – Sítio do Birica – São João da Barra - RJ.

Fonte: INCA, 2017.

Tal como observado nas demais experiências registradas, as comunidades do Porto do Açu foi evidenciado que a comunidade também resiste às pressões do Estado e lutar pelas suas propriedades, na qual a promoção da agroecologia significa, para os camponeses e povos tradicionais e originários, lutar cotidianamente contra a despossessão e expulsão da terra (Guhur e Silva, 2022). E assim, restabelecer as práticas locais, a convivência e as formas mais democráticas e saudáveis de uso da natureza, por meio dos princípios da agroecologia e da promoção da saúde.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que a fotografia pode ser utilizada para promover visibilidade e fomentar o debate e a reflexão com a sociedade, sobre as práticas agroecológicas existentes e suas conexões com a saúde nos territórios. As imagens representaram iniciativas locais de uma organização social contra hegemônica, que existe, persiste e resiste, por meio do desenvolvimento de práticas agroecológicas que atuam sobre as determinações sociais da saúde, vislumbrando uma sociedade mais inclusiva, justa, menos desigual, mais sustentável e saudável.

Copyright (©) 2023 - Fernanda de Albuquerque Melo Nogueira, Claudemar Mattos, Nivia Regina da Silva, Valeria dos Santos Pinto da Silva, Ubirani Barros Otero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Inesita S; MOREIRA, Adriano L; AGUIAR, Raquel. Doenças negligenciadas, comunicação negligenciada: apontamentos para uma pauta política e de pesquisa. **Revista Eletrônica de Comunicação e Informação e Inovação. Saúde**. Rio de Janeiro, v.6, n.4 – Suplemento, 2013. p.01-11.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Caderno 4 - Acesso à informação e direito à comunicação**. Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. (Coleção agroecologia e políticas públicas: subsídios para a incidência nos municípios), 2021. 24 p.
- AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, Maria CF. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 31, n. 4, 2012, p. 290-295.
- BRASIL. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Presidência da República. Casa Civil. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. BRASIL, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conferência Nacional de Saúde, 8. Relatório Final. Brasília, DF: 1986.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 2788/2109 que institui a Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB).2023.
- BREILH, Jaime PM. La determinación social de la salud y la transformación del derecho y la ética Metodología metacrítica para una ciencia responsable y reparadora. **Revista Redbioética/UNESCO**. v.1.n.25, 2022, p.39-59.
- BÚRIGO, André C; PORTO, Marcelo F de S. Trajetórias e aproximações entre a saúde coletiva e a agroecologia. **Saúde Debate**, v. 43, 2020, p. 248-262.
- BÚRIGO, André C; PORTO, Marcelo F de S. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, 2021, p. 4411-4424.

- BÚRIGO, André C; VAZ, Bernardo A; Londres, Flavia; FRANCO, Guilherme N; MENEZES, Marco AC; PACHECO, Marília EL; SOUZA, Natália A, PETERSEN, Paulo (Org). **Cadernos de estudos: saúde e agroecologia**. Tradução Khabiro Traduções 2019. 248p.
- CARNEIRO, Fernando F; GIRALDO, Lia da AS; RIGOTTO, Rachel M; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André C (Org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 1ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624p.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL – CNA, CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. Boletim. 10 de março de 2021. Disponível em: www.cna.brasil.org.
- FERREIRA, Arthur P de S; SCWARCOWALD, Celia L; DAMACENO, Gisele N; SOUZA JÚNIOR, Paulo RB. Increasing trends in obesity prevalence from 2013 to 2019 and associated factors in Brazil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 24, 2021, p.01-15.
- GOLLO, Alexandre; STRAUCH, Guilherme; BRITTO, Mônica CP; BARBOSA, Thiago M (Grupo de Trabalho de Construção do Conhecimento Agroecológico da Articulação de Agroecologia do RJ). **Caminhos agroecológicos do Rio de Janeiro: caderno de experiências agroecológicas**. AS-PTA. 1.ed. Rio de Janeiro, 2014. 249 p.
- GUHUR, Dominique e DA SILVA, Nivea. R.; **Agroecologia**. In: DIAS, Alexandre P.; STAUFFER, Anakeilla B.; MOURA, Luiz Henrique G; VARGAS, Maria C. (org). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 59-73.
- GURAN, M. **Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões**. (Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia). Rio de Janeiro: Funarte, 2012, 116p.
- LOPES, Maria Elizabete BM & ALMEIDA JÚNIOR, Antônio R. Agrotóxicos: uma análise das matérias jornalísticas em cinco veículos de comunicação. In: XXXI **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. Recife: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 2008, p.01-15.
- MALTA, Deborah C; DUCAN, Bruce B; SCHIMDT Maria I; TEIXEIRA, Renato; RIBEIRO, Antônio LP *et al.* Trends in mortality due to non-communicable diseases in the Brazilian adult population: national and subnational estimates and projections for 2030. **Population Health Metrics**, v. 18, 2020, p.1-14
- MARQUES, Dandara, O; ANDRADE, Horas MLS; MOSER, Luciana M. Desafios para Soberania e Segurança Alimentar na Agricultura Familiar. *Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability*. v.4. n.1, 2022, p.4-25.
- MATTOS, Claudemar. **Expressões agroecológicas a partir de percepções socioambientais da agricultura tradicional e camponesa em Paraty/RJ**. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado em Ciências Ambientais na Universidade Federal Fluminense, 2011. 146 p.
- O'ROURKE, Megan E; DELONGE, Marcia S; SALVADOR, Ricardo. Insights from agroecology and a critical next step: Integrating human health. **Agroecology and Sustainable Food Systems**. v.41. n.7, 2017, p. 880-884.
- NETTO, Guilherme F (coord). RESUMO EXECUTIVO Oficina de trabalho “A luta dos atingidos e a saúde em movimento. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2023, p.1-32
- NOGUEIRA, Fernanda de A Melo; SZWARCOWALD, Celia L; DAMACENA, Gisele N. Exposição a agrotóxicos e agravos à saúde em trabalhadores agrícolas: o que revela a literatura? **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, 2020, p.36.
- NÓBREGA, Stéfanny da C; FERREIRA, Lara CG. A Feira Interinstitucional Agroecológica: Alternativas para a construção da Soberania Alimentar na Região Metropolitana de Goiânia. **Ateliê Geográfico**. v. 15.n. 2.2021, p. 137 – 161
- POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, 2020, p. 195-224.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL - REDE PENSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2021, p.1-66.

RIGOTTO, Raquel M; AGUIAR, Ada CP. Invisibilidade ou invisibilização dos efeitos crônicos dos agrotóxicos à saúde? Desafios à ciência e às políticas públicas. In: **Observatório internacional de capacidades humanas, desenvolvimento e políticas públicas: estudos e análises 2**. Brasília. Organização Pan Americana de Saúde, 2015. p. 47-90.

PORTO, Marcelo F; SOARES, Wagner L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, 2012, p. 17-31.

SOARES, Lorena P.; DE OLIVEIRA, Roseli M.; MORAES, Danielle R. Investigando os olhares da saúde coletiva sobre a agroecologia. **Saúde em Debate**. v.6.n. especial 2. 2022, p.133-148.

VERANO, T de C. Feiras Municipais como Alternativa de Comercialização para Agricultores Familiares. 2019. 95p. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019, 95 p.

SILVA. Eliane Lima; SILVA Mariano A. Segurança de barragens e os riscos potenciais à saúde pública. **Saúde em debate** v.44, 2020, p.242-261.